

Ação e Volição: uma conexão mística ou necessária?

Action and Volition: a mystical or necessary connection?



10.21680/1983-2109.2025v32n69ID33541

Andrew Moura

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

drewmoura1@gmail.com

Resumo: O presente artigo tratará da relação entre ação e volição, buscando introduzir o tema a partir de teorias tradicionais da volição e algumas posteriores críticas contemporâneas a este modelo. Para tanto, iniciaremos de considerações intuitivas e ordinárias do agir de forma geral. A seguir, utilizaremos de John Stuart Mill e Williams James como figuras tradicionais que defendem versões da teoria volitiva da ação que, embora distintas e limitadas, servirão como modelos paradigmáticos. Apresentaremos duas críticas importantes presentes na literatura consolidada, isto é, uma crítica conceitual de Gilbert Ryle e uma crítica psicológica de Daniel M. Wegner. Com isto feito, tentaremos responder às críticas utilizando da literatura recente acerca de teoria da ação, especificamente em relação à concepção composicional da ação e a possível harmonia entre aspectos das ciências cognitivas e a volição.

Palavras-chave: Ação; Volição; Eventos; Voluntariedade.

Abstract: The present essay will treat of the relationship between action and volition, trying to introduce the theme starting from traditional theories of volition and a couple of posterior contemporary critiques of this model. To this end, we'll begin with ordinary and intuitive considerations about action in general. After, we'll make use of John Stuart Mill and Williams James as traditional figures that defend version of the volitional theory of action that, although distinct and limited, will serve as paradigmatic models. We'll introduce two important critiques found in the consolidated literature, that is, a conceptual critique by Gilbert Ryle and a psychological critique by Daniel M. Wegner. With this done, an attempt to answer to said critiques will be made resorting to recent literature on the theory of action, specifically in relation to the compositional conception of action and the possible harmony between aspects of cognitive sciences and volition.

Keywords: Action; Volition; Events; Voluntariness.

“Os aspectos para nós mais importantes das coisas estão ocultos pela sua simplicidade e trivialidade. (Podemos não os notar por tê-los sempre diante dos nossos olhos)” (Wittgenstein, 1975, p. 61)

Introdução

Parece ser óbvio que, para compreendermos com maior exatidão o domínio prático, necessitamos de uma forte fundamentação do que é o *agir*. Ao discutirmos ética, ou ao fazermos metaética, sempre nos defrontamos com pelo menos dois pressupostos, implícitos ou explícitos: (i) que seres humanos possuem uma habilidade de modificar o mundo e (ii) que podem fazer isso *propositalmente*. A asserção (i) parece ser indiscutível e a (ii) parece ser fundamental pelo menos para aqueles que fazem filosofia moral normativa (falam sobre

aquilo que *deve ser feito*). A literatura acerca deste âmbito filosófico é enorme e não trataremos disso aqui. No entanto, desde, no mínimo, Aristóteles¹, teorias morais de grande alcance necessitam de a) uma concepção daquilo que seres humanos têm a *capacidade de fazer acontecer* e b) um padrão para distinguir o que é essencialmente humano do simples acidente. Como esclarecimento, aqui se entende “capacidade de fazer acontecer” como aquelas mudanças que temos poder de provocar.

Trataremos no que segue da distinção acima aludida e, ao tentarmos definir o que é uma ação, do padrão de distinção entre aquilo que é apenas um movimento corpóreo daquilo que a ética efetivamente trata, a saber, o *agir humano*. Os conceitos aqui apresentados não são absolutamente claros e, ao longo do presente artigo, serão esclarecidos a partir da teoria volitiva da ação. Também será argumentado a favor da plausibilidade de uma versão desta teoria em questão, tentando mostrar que a mesma não sucumbe às críticas de cunho conceitual nem de críticas que partem de psicologia cognitiva aqui avaliadas. Para tanto, faremos uma preliminar reconstrução da teoria da ação central para o presente artigo, a saber, a teoria volitiva da ação. Ela aparecerá como um caminho possível, mas intuitivamente bastante plausível, de uma investigação ordinária sobre intuições que tratam acerca de ações humanas. Posteriormente nos debruçaremos sobre desenvolvimentos e limites presentes em formulações da teoria volitiva da ação tal qual aparecem em John Stuart Mill e William James². Veremos que, embora de forma incompleta,

¹ Aristóteles trata desse assunto, que se chama contemporaneamente de teoria da ação, em conjunto com ética normativa em seu tratado *Ética à Nicômaco* – mais especificamente no livro III.

² A escolha de ambos os filósofos como figuras representativas da teoria volitiva da ação se dá pela grande centralidade as quais gozam dentro do cânone filosófico. Ademais, são explícitos no seu tratamento da volição

Mill é fiel, em sua análise da ação, à linguagem ordinária. Já James desenvolve comparações e distinções relevantes, i.e., entre querer e ter um anseio, que tornam a noção de volição mais exata. Após, trataremos de algumas críticas influentes à teoria volitiva da ação, exemplificadas pelos comentários de Gilbert Ryle e Daniel M. Wegner. Para argumentar que tal concepção da ação não sucumbe às críticas conceituais (de Ryle) e psicológica (de Wegner), traremos notas e desenvolvimentos contemporâneos para uma possível teoria robusta da volição. Para tanto, faremos uso de esclarecimentos e distinções conceituais entre ações corpóreas e mentais, ações primitivas e não-primitivas e também a concepção da ação como composicional. Ademais, utilizando da interseção entre filosofia e ciência cognitiva, reconstruiremos uma imagem razoável, embora não definitiva, da volição que está (*prima facie*) em harmonia com nossa melhor visão naturalista do mundo.

1. Intepretações tradicionais da volição

Uma questão fundamental para o domínio filosófico intitulado teoria da ação (e, possivelmente, para a filosofia como um todo) é a de como distinguir um mero movimento corpóreo de uma efetiva ação humana. Para responder a este questionamento, faz sentido iniciar nossa investigação por onde muitos filósofos acreditam que todas as perguntas filosóficas devem começar, isto é, pela análise da linguagem. Focamos, então, em nosso uso ordinário da linguagem. Nossas asserções acerca do agir humano nos dão uma indicação de

enquanto tal fazendo com que a comparação de suas análises e proposições para com as teorias da ação contemporânea seja relativamente direta. As próprias limitações explicitadas por nós e pela literatura consolidada também serve de propulsão para o desenvolvimento que intencionamos fazer de tal teoria.

uma distinção inicial: quando filosoficamente se diz que alguém não agiu, mas apenas um movimento de seu corpo ocorreu, ordinariamente diz-se: “tal pessoa não fez por querer” ou, alternativamente, “foi sem querer”. Ainda podemos falar de “X não fez F *propositalmente*”. É claro, tais termos não são apenas utilizados para falar de um movimento do corpo qualquer, mas muitas vezes os usamos para nos referirmos a alguma qualidade de uma *consequência*, isto é, que ela não foi prevista. Mesmo assim, falamos de um movimento feito “sem querer” ou feito de forma “não proposital”. Aqui, no entanto, daremos atenção ao aspecto proposital do movimento e não à qualidade proposital das consequências. Não devemos, contudo, tomar o nosso uso ordinário como juiz último de nossos conceitos, uma vez que podemos descobrir empiricamente que estávamos usando o conceito erroneamente. Deve-se distinguir o método *semântico* do método *epistemológico* de análise. Isto é, o primeiro se refere, para os nossos fins presentes, a uma análise dos termos relevantes enquanto segundo diz respeito às condições para o conhecimento e reconhecimento de algo, mais especificamente aqui, de uma ação. Sabe-se que a linguagem natural é ambígua e muitas vezes imprecisa. De qualquer forma, necessitamos de um padrão epistêmico para o uso do conceito de ação e a atual investigação utilizará principalmente e, em última análise, do método epistemológico.

Na história da filosofia encontramos diversos filósofos que elevaram o “querer” (*will*)³ a nível de fundamento de

³ Deve-se notar que outros termos sobre estados e ações mentais, como intenção, podem ser transformados em verbos, como em frases como “X intenciona F”. No entanto, volição não possui um verbo da mesma forma. Assim, escolhemos utilizar o termo “querer”, conforme a exposição do termo anteriormente. Seguiremos as utilizações de “querer” com o termo inglês “*will*” quando buscamos utilizar volição em forma verbal, uma vez que o

distinção daquilo que é uma ação e daquilo que não o é. Intitula-se, contemporaneamente, essa posição de “teoria volicional da ação”. A teoria moderna⁴ da volição - a partir de agora a chamaremos de teoria tradicional da volição, seguindo Weir (1983) e Zhu (2007) - parte desse pressuposto acerca do querer e de que temos a impressão de que podemos iniciar eventos no mundo. O fato de que parecemos poder determinar que algo ocorra é tomado como certo e, segundo Weir sobre essa posição, alguns filósofos modernos⁵ concordavam que “Volição é o ato de determinar; o exercício do poder [ativo].” (Weir, 1983, p. 39). Então, este poder de *fazer* algo ocorrer no mundo *por querer é, lato sensu*, chamado de volição. Ao utilizarmos do termo poder, vale ressaltar a adição do termo *ativo* a ele. Não estamos defrontados apenas com um caráter passivo da constituição humana, mas sim com a capacidade de *determinar ativamente* nossa resposta a um estado-de-coisas ou um *input* qualquer.

Na teoria tradicional da volição, representada por H.A Prichard, definiu-se esse exercício de poder ativo como uma ação da vontade que ocorre em caráter imediatamente anterior ao movimento do corpo e que é determinante desse evento. Como fundamento epistemológico temos a nossa própria experiência fenomênica. No entanto, o problema com essa definição é aparente:

termo “*will*” é amplamente utilizado desta forma e parece ser mais preciso do que “querer”.

⁴ Sobre as teorias medievais da volição ver Harton Jr., M.C. *The Volitional Theory of Action*. Principalmente o capítulo intitulado *Historical Roots*.

⁵ Como o próprio Weir esclarece, aqui estão Locke, Hume e Reid, por exemplo. Ver o capítulo da tese de Weir intitulado *The Classical Theory of Volition*.

(...) se vamos utilizar o conceito de volição para tornar compreensível a noção de ação, então enquanto volições são construídas como ações, elas não oferecem esperança como clarificação do caráter de ação. Não podemos esperar articular a natureza de ação em termos de ações, embora ações de uma ordem distinta, pois, dessa forma, a natureza de ação ainda permaneceria um mistério. (Weir, 1983, p. 45).

Se volições também são tomadas como ações, isso parece produzir uma atmosfera mística e embasada ao redor da conexão entre ação e volição. Se caracterizarmos volição como ação e utilizarmos esse conceito para explicar o que é uma ação, então não explicamos coisa alguma. “O que faz uma ação ser uma ação, então?” “Uma ação, é claro!” Dá-se um passo, mas para trás.

Uma construção mais eficaz dessa teoria se encontra em John Stuart Mill, “[uma ação] [n]ão é uma única coisa, mas um composto de duas coisas: o estado da mente chamado volição, e o efeito que o segue”. (Mill, 1974, p. 106) Aqui encontramos a volição não como uma ação da vontade que precede uma ação corpórea, mas como sendo constituinte da ação como um todo. Temos, então, a análise da ação em termos de uma volição e de seu efeito. No entanto, esta concepção também é problemática, uma vez que ainda não explica a efetiva conexão entre uma volição e seu efeito. Mill identifica volição com intenção. Mas nem toda intenção produz uma ação. Pode-se intencionar algo e isso não determinar realmente um movimento do corpo. Além disso, existem ações não intencionais, mas que, se queremos continuar a defender uma teoria volitiva da ação, devem ter um querer – uma volição – como seus determinantes.

Se movo meu braço em direção a um prato na mesa de jantar e derrubo um copo d’água, tenho uma ação (voluntariamente movi meu braço) e, sem a intenção de fazê-lo, derramei água pela mesa em decorrência disso. Mesmo

com bons *insights* acerca da volição, a teoria de Mill não parece ser suficiente.

Vale lembrar que se igualarmos volição com intenção, então temos em nossas mãos uma atitude proposicional. Isto é, ela possui a forma “X (intenciona) que P”. Volição, então, necessita de um objeto e, enquanto pressuposição ativa (ou com caráter executivo – um poder ativo), busca fazer o estado de coisas “P” se efetivar. Investigaremos mais isso no que segue.

1.1 William James e a volição

William James possui uma concepção diferente e mais robusta do que os filósofos tradicionais modernos. James inicia a sua investigação acerca da volição distinguindo-a de um anseio: “existe um sentido em que a realização não é possível, então apenas ansiamos (*wish*). Ao passo que, se acreditamos que o fim está em nosso poder, nós queremos que o sentimento desejado, o ter ou o fazer deve se tornar real; e real ele presentemente se torna” (James, 1890, p. 486). Dessa forma, ter um anseio não é um estado mental executivo, mas querer o é. Além disso, deve-se ter em mente um estado-de-coisas a se realizar (um “que P”). James conclui de sua análise do querer que movimentos voluntários “devem ser funções secundárias e não primárias de nosso organismo” (James, 1890, p. 487). A saber, não há um conhecimento *a priori* entre volição, ação e efeito. Então, como essa relação se constitui? Ao tomarmos a estrutura proposicional do querer e sua condição interna de que devemos crer que o fim em questão é possível para nós, se segue que apenas podemos querer se *já estamos familiarizados com movimentos de diversos tipos* que nos levariam a efetuar os fins (supostamente) alcançáveis em estados-de-coisas reais. É razoável, assim, imaginar que a partir de movimentos *ainda não voluntários* se obtenha a

compreensão necessária para o primeiro movimento efetivamente voluntário. A partir daí, experimentar movimentar o corpo voluntariamente faria o resto do ensino, conectando o que faço com os efeitos sensíveis do fazer. Se isso é verdade, então movimentos voluntários *não podem ser logicamente primários* pois são dependentes de movimentos não voluntários.

Sobre o caráter epistêmico da volição, William James recorre à introspecção subjetiva. Se focarmos nosso “olho interior” para o que ocorre toda vez que fazemos uma escolha executiva internamente, lá encontraremos algo a ser esclarecido. Podemos também utilizar da memória para analisar nossos movimentos corpóreos passados. Veremos, no entanto, que nem sempre algo ocorre interiormente que nos retira de um estado de inércia. James, dessa forma, distingue entre dois tipos de movimentos voluntários: (i) aqueles que não necessitam de volição e (ii) aqueles que necessitam. Tal distinção pode parecer estranha, pois o próprio termo *movimento voluntário* parece pressupor volição. No entanto, em (i) a própria forma com que os estados mentais de um sujeito estão configurados no momento da ação servem como executantes da ação. Isto é, se todas as intenções, desejos, crenças etc. (conscientes ou não) de uma pessoa estejam norteando o querer (no sentido ordinário) dela, então a ação decorre imediatamente daí. A própria configuração mental do sujeito é um *estado volitivo* e não há um *fiat* ulterior e separado que determina o agir. Já em (ii), a configuração dos estados mentais do sujeito está desconexa entre si e não constitui, então, um estado volitivo capaz de produzir ações. Nesses casos, há a necessidade de um movimento mental por parte do sujeito, um “atentar”, em direção a um objeto específico que pode ser entendido como um efetivo *mandado volitivo*. Mas mesmo com a distinção proposta, James ainda precisa, para explicar certos movimentos voluntários, de um motor

mental primitivo. A concepção dupla tanto é contraintuitiva quanto não econômica. Além disso, precisa voltar a noção de um *fiat* para explicar certos movimentos voluntários, como no caso do “atentar a algo” e do agir resultante.

2. Críticas contemporâneas

Em geral, as críticas contemporâneas às teorias volitivas da ação são uma de dois tipos: (i) críticas conceituais e (ii) críticas epistêmicas. Sobre o primeiro tipo deve-se salientar as críticas de Gilbert Ryle em seu famoso livro *The Concept of Mind*. Já as críticas do segundo tipo geralmente são feitas por psicólogos e cientistas cognitivos em geral. Embora, como nota Zhu (2007), mesmo no século XXI, de uma forma ou de outra muitos neurocientistas e pesquisadores de psicologia cognitiva em geral, ainda são adeptos da teoria volitiva. Um psicólogo que não se encontra nesse grupo e que produz críticas epistêmicas à teoria da volição é Daniel M. Wegner. Trataremos de apresentar, sucintamente e por alto, uma crítica de Ryle e uma de Wegner.

Gilbert Ryle investiga em seu *The Concept of Mind*:

Volições foram postuladas como atos especiais, ou operações, “na mente”, por intermédio de quais a mente traduz suas ideias em fatos. Penso em um estado de coisas que anseio que venha a existir no mundo físico, mas, como meu pensar e ansiar são não executivos (*unexecutive*), eles requerem a mediação de um processo mental executivo adicional. Então, realizo uma volição que, de alguma forma, coloca meus músculos em movimento. (Ryle, 1949, p.62)

Dessa forma, pensar e ter um anseio não são executivos, como em James. Quando temos um anseio por um estado de coisas possível ainda não produzimos movimentos corpóreos. Como Ryle afirma, precisamos de mais um processo mental, precisamos de uma volição, para efetivamente colocar os músculos de nossos corpos em movimento e, assim, produzir

uma ação. No entanto, como se sabe, Ryle é um crítico da teoria volitiva da ação e sua análise levanta questionamentos fundamentais para a defesa de uma teoria desse tipo:

Mesmo que a função principal de volições, a tarefa da performance para qual foram postuladas, é a de originar movimentos corpóreos, o argumento, tal como é, para sua existência implica que algum acontecimento mental também deve resultar de atos da vontade. Volições foram postuladas para serem aquilo que torna ações voluntárias, resolutas, meritosas ou perversas. Mas predicados desse tipo são atribuídos não apenas a movimentos corpóreos, mas também a operações as quais, de acordo com a teoria, são operações mentais e não físicas. (...) Alguns processos mentais pode [...] emanar de volições. Mas e as volições elas mesmas? São elas atos da mente voluntários ou involuntários? Claramente ambas as respostas nos levam a absurdidades. Se não posso evitar puxar o gatilho, seria absurdo descrever meu puxar como “voluntário”. Mas se minha volição para puxar o gatilho é voluntária, no sentido assumido pela teoria, então ela deve emanar de uma volição anterior e essa de uma outra *ad infinitum*. Foi sugerido, para evitar tal dificuldade, que volições não podem ser descritas nem como voluntários nem como involuntárias. (Ryle, 1949, p. 67)

A forma com que Ryle apresenta a teoria e as perguntas grifadas na citação parecem colocar em questão não apenas o poder explicativo da nossa vontade enquanto volição, como também a própria possibilidade conceitual dessa ação. Se, para explicarmos uma ação voluntária, recorremos a uma volição – entendida aqui também como uma ação voluntária – então efetivamente caímos em um regresso ao infinito. Por outro lado, se ações nascem de volições, agora entendidas como involuntárias, então ou buscamos outra definição de ação ou sucumbimos a um determinismo mecanicista. Ademais, Gilbert Ryle, como um bom behaviorista, não aceitaria um argumento do tipo: “mas olhe para teu interior! Verás que volições são necessárias!” Retornaremos aos comentários de Ryle a seguir.

O psicólogo americano David M. Wegner também produziu críticas à própria ideia de volição. Com uma

representação da volição conforme a introspecção fenomênica de James, parece que podemos confirmar a existência de um “algo” anterior à ação. No entanto, Wegner compara a nossa pretensa percepção da volição com exemplos acerca da causalidade mental. A saber, a volição, assim como uma noção geral de causalidade, deve seguir três princípios: prioridade, consistência e exclusividade. Isto é, “o pensamento deve ocorrer antes da ação, ser consistente com a ação e não ser acompanhado por outras causas potenciais” (ZHU, 2007, p. 258). Se algum desses princípios faltam em uma explicação causal, então a explicação perde força ou até mesmo falha.

A crítica de Wegner, baseada em psicologia cognitiva, se encontra na Terceira cláusula (ou princípio), a da exclusividade: “Mesmo que possamos estar muito bem convencidos que A causa B, por exemplo, sempre há a possibilidade de a regularidade na associação ser um resultado de uma terceira variável, C, que causa tanto A quanto B”⁶ (WEGNER, 2002, p. 66). E como Zhu claramente explica:

De acordo com [a] teoria da causação mental aparente, ambos os pensamentos conscientes sobre ação (e.g. intenção, crença) e ações voluntárias são causadas por um processo mental inconsciente e os processos mentais inconscientes que dão origem ao pensamento consciente sobre uma ação e aqueles que de fato causam a ação voluntárias são os mesmos. Há uma regularidade entre pensamento e a ação, mas ambos são causados por um terceiro fator, nomeadamente, algum processo mental inconsciente. Quando nós (erroneamente) pensamos que nossa intenção consciente causou a

⁶ Um exemplo seria uma reformulação do famoso experimento mental de James: Pede-se a uma pessoa que fora sedada sem seu conhecimento e teve seu corpo amarrado a fios imperceptíveis a levantar seu braço. O agente tenta fazê-lo. Seu braço, então, é erguido, mas pelos fios amarrados a ele e não por um ato da vontade. Fenomenalmente, o agente crê que foi seu tentar (A) que ergueu seu braço (B), mas, no entanto, foram os fios (C).

ação voluntária, experienciamos a vontade consciente. Já que a inferência causal de pensamento para ação é falsa, a experiência de querer (*will*) ou querer conscientemente, que é fundada nessa inferência causal errônea, é, dessa forma, ilusória. (Zhu, 2007, p. 260).

Se Wegner está correto, então nossas intuições (e introspecções) acerca da volição estão erradas e não passam de meros epifenômenos. Nossas ações estariam efetivamente determinadas por processos mentais automáticos e inconscientes, retirando a volição de uma explicação filosófica (e também psicológica) da ação.

Então, a partir das críticas de Ryle (conceitual) e de Wegner (epistêmica), uma teoria robusta da volição deve tanto a) explicar se volições são voluntárias ou não, sob pena de cair em um regresso ao infinito ou em um determinismo mecanicista (e se autodestruindo) e b) demonstrar a exclusividade inerente à volição quando relacionada a ações voluntárias.

2.1 Em direção à uma teoria robusta da volição

Para esboçarmos a forma a qual uma teoria volitiva robusta da ação deve tomar, sem pretensão de produzir uma teoria definitiva desse tipo, devemos esclarecer os conceitos de ação, voluntariedade e exclusividade. John Searle nos ajuda a posicionar o questionamento acerca da voluntariedade corretamente:

Primeiro, há a lacuna da decisão racional, onde você tenta se decidir acerca do que irá fazer. Aqui, a lacuna é entre razões para se decidir e a decisão real que você faz. Segundo, há a lacuna entre a decisão e ação. Da mesma forma que as razões para a decisão não foram causalmente suficientes para a produzir a decisão, a decisão não é causalmente suficiente para produzir a ação. Chega um momento, após você se decidir, quando você de fato deve fazer [o que foi decidido]. E, mais uma vez, você não pode sentar-se e relaxar e deixar que decisão cause a ação da mesma forma que não pode

sentar-se e relaxar e deixar as razões causarem a decisão. [...] Há uma terceira lacuna que surge para ações e atividades estendidas no tempo, uma lacuna entre a iniciação da ação e sua continuação até a completude. [...] Mesmo depois que você iniciou a ação você não pode deixar as causas operarem por si mesmas; você deve fazer um esforço contínuo para continuar com a ação ou atividade até sua completude. (Searle, 2001, p. 15)

A primeira lacuna que Searle expõe está relacionada com a formação de intenções, desejos e com as razões do agente. A segunda e a terceira lacunas se ocupam efetivamente com o problema da volição, se encontrando entre a iniciação de uma ação intencional e a continuação de uma ação intencional. Se tomarmos volição como um “ato da vontade”, então as duas lacunas acerca da ação (enquanto movimento corpóreo) podem ser preenchidas. É claro, isso apenas se dará se a tese volitiva for conceitualmente e epistemologicamente consistente.

A partir das interpretações contemporâneas positivas da volição (que encontramos, por exemplo, em Odegard (1988), Ginet (1990) e Zhu (2007)) podemos tentar responder a Ryle e Wegner. Ao investigarmos aos questionamentos conceituais do autor de *The Concept of Mind*, percebemos que, como pressuposto, o mesmo toma tanto atos da vontade como movimentos corpóreos como sendo do mesmo tipo. Se ambos os atos são do mesmo tipo, isto é, são da mesma categoria de ação, então sua pergunta acerca da voluntariedade da volição é válida. No entanto, como nota Zhu (2007), há uma distinção entre *atos mentais* e *atos corpóreos*:

Todos os movimentos corpóreos volitivos são ações voluntárias e uma volição (um tentar) pode ocorrer mesmo se o movimento corpóreo correspondente falhar a vir a acontecer como um efeito. Volições são ações mentais ou atividades, assim como outros atos mentais ou atividades como lembrar de um item particular ou resolver um problema matemático mentalmente. São todas coisas mentais que pessoas voluntariamente fazem ou performam, em vez de coisas que acontecem a pessoas. Uma teoria volitiva de ações

(corpóreas) não necessita endossar a pressuposição que a mesma noção de volição também deve ser aplicada a todas as ações mentais, incluindo as volições elas mesmas, nem que voluntariedade de ações físicas e corpóreas e a voluntariedade de ações mentais devem ser explicadas a partir do mesmo princípio. Volições são um tipo especial de ação mental, cuja ocorrência normalmente resultará em uma intenção ou nos movimentos corpóreos correspondentes por si mesmas. Como explicar a voluntariedade de volições em particular, e de ações mentais em geral, é uma questão intrigante e significativa por si mesma. Mas é independente da questão de explicar a voluntariedade de ações corpóreas. Assim, o regresso ao infinito pode ser evitado em uma compreensão restrita de volição que funciona para preencher a lacuna entre pensamento e ação (física). (Zhu, 2007, p. 266)

Assim, o problema da voluntariedade dos atos corpóreos não pode ser levantado, da mesma forma, contra a volição ela mesma. A volição precisa explicar ações (do corpo), enquanto atos mentais não precisam, necessariamente, ser explicados por apelo a outros atos mentais.

Isso nos coloca numa posição favorável para analisar criticamente os comentários de Wegner: seria a volição um epifenômeno? Zhu propõe, para responder a Wegner, uma concepção naturalística da volição, jogando o mesmo jogo do psicólogo⁷. Se aceitarmos que volições são epifenômenos e que sempre há um terceiro item (o C da cadeia causal exposta assim) que automaticamente produz a ação, então a própria distinção de voluntariedade cai por terra. Não temos mais um critério para chamar um movimento de ação, o que há são apenas movimentos automáticos pré- determinados pela configuração neuropsíquica de um agente (e usar o termo agente aqui parece sem sentido). Muitos outros conceitos perdem seu valor, como a liberdade, a responsabilidade, a

⁷ Sobre isso ver Zhu, J. (2003). Reclaiming volition: An alternative interpretation of Libet's experiment. In: *Journal of Consciousness Studies*, 12, 61–77. e Zhu, J. (2004). Locating volition. In: *Consciousness and Cognition*, 13, 302–322.

distinção entre voluntário e involuntário. Wegner precisaria reformular todo o aparelho conceitual básico da própria psicologia, além de produzir uma teoria que englobe (e acabe com) os conceitos ordinários de liberdade e responsabilidade em bases naturalistas, algo que o psicólogo não faz. Assim, a interpretação do psicólogo sobre a volição parece estar na contramão de nossas intuições acerca do agir, além de não produzir críticas conclusivas.

Uma robusta teoria volitiva da ação, segundo Zhu, seria aquela que corresponde ao progresso da investigação empírica:

Uma abordagem naturalística à compreensão de volição requer que a investigação filosófica seja compreendida como continua com a pesquisa empírica ao explorar a natureza da ação e do agir. Isso pede por uma integração dos métodos filosóficos e científicos. O ramo da pesquisa científica cognata inclui a psicologia da volição e os estudos neurocientíficos da ação voluntária. (Zhu, 2007, p. 267)

Dessa forma, não parece haver um golpe mortal contra a volição, mesmo dentro das ciências naturais. Pelo contrário, há espaço para localizar uma ação mental executiva mesmo com nossas progressivas investigações científicas acerca da natureza da mente e do cérebro.

Para unificar a noção de volição com uma teoria robusta da ação que é empiricamente informada podemos utilizar dos avanços em filosofia feitos por Odegard (1988) ao propor uma estrutura *composicionalista* para ações:

Ação não primitiva consiste em parte em uma volição e em parte em um evento resultante. Ela não consiste apenas em um ou apenas no outro. Não é uma volição sobre uma descrição que a conecta causalmente com um evento. Nem é um evento sobre uma descrição que o conecta causalmente com a volição. Sua ação de movimentar o seu braço consiste tanto em seu querer que seu braço se move e em seu braço mover-se como um resultado. (Odegard, 1988, p. 145)

Distinguindo, como Zhu o faz, movimentos das ações mentais (primitivas), pode-se dar uma definição de ação

(como ordinariamente a entendemos) como a composição entre uma volição e o respectivo efeito corpóreo. Quando dizemos que “A agiu de forma X”, estamos pressupondo que “agir” deve ser entendido como “A teve uma volição V” somada de “O evento que A intencionava ocorreu”⁸. Se dá a explicação da ação não-primitiva completa, então, quando adicionamos a ação primitiva (mental) em conexão causal com o evento ocorrido⁹. Então, tanto a concepção de Zhu quanto de Odegard parecem estar em sintonia, mesmo que a primeira seja fundamentada principalmente em psicologia cognitiva e a segunda em explicações conceituais.

Dessa forma, tais respostas às críticas conceituais e epistêmicas ao quadro de referência explicativo da ação em termos volicionais servem como fatores que contam a favor do não descarte completo de tal quadro. Compreender volição como uma ação mental primitiva tanto lida com possíveis regressos ao infinito quanto, se somada às investigações empíricas relevantes, cria um quadro acerca do agir aparentemente consistente com nossa imagem científica do mundo e atuais desenvolvimentos em ciência empírica. Embora não seja nosso propósito aqui, uma possível teoria robusta da volição se torna mais atrativa e menos frágil se os argumentos aqui apresentados são sólidos e relevantes. Já o argumento de Wegner traz consigo um conjunto de dificuldades para nossas noções ordinárias de voluntariedade

⁸ A forma com que Odegard estrutura a relação ação-volição se parece com àquela de Mill anteriormente. No entanto, a distinção entre ações primitivas e não-primitivas somada à clausula de causalidade torna a posição de Odegard mais sólida conceitualmente.

⁹ Por exemplo: “[q]uando você move seu braço, é plausível dizer que você provocou o evento, o movimento de seu braço. E a forma mais natural de compreender essa observação é toma-la como implicando que você fez algo que causou o evento. Nesse caso, sua ação possui partes”. (Odegard, 1988, p. 146)

e, como tentamos demonstrar, não é suficientemente conclusivo contra teorias volitivas da ação. A interconexão entre investigação filosófica e os estudos de neurociência, de acordo com a perspectiva esboçada há pouco, pode servir para uma formulação mais completa da relação entre volição e ação corpórea no futuro.

Considerações finais

O presente trabalho buscou reconstruir a teoria volitiva da ação fazendo uso de dois exemplos paradigmáticos (William James e John Stuart Mill) que facilmente se adequam a discussões mais contemporâneas do tema da ação. Sob esse pano de fundo, duas críticas, uma conceitual e outra psicológica, foram escolhidas dentre tantas possíveis pelas suas relevâncias no panorama interdisciplinar da teoria da ação e, também, por exemplificarem dois tipos distintos de críticas. Responder a essas críticas por apelo à literatura recente possibilitou avaliar a plausibilidade de alguns aspectos de uma possível teoria volitiva da ação mais robusta, que conceitualmente sobrevive ao avanço de Gilbert Ryle. Do outro lado, junto à psicologia cognitiva e as ciências empíricas, o recorte aqui reconstruído acerca da volição, atos corpóreos e atos mentais efetivamente vai em direção à ciência cognitiva e não se recolhe dela.

Para uma resposta mais exata à questão “ação e volição: uma conexão necessária ou mística?” ainda precisamos de desenvolvimentos interdisciplinares em harmonia com a neurociência e a psicologia, por exemplo. O rescaldo da análise é de que as específicas e limitas críticas aqui apresentadas não parecem ser o suficiente para retirar de cena completamente a ideia de volição como conceito candidato a uma teoria da ação robusta e cientificamente assentada. Embora não possamos concluir qual a forma da relação entre

ação e volição no momento, os desenvolvimentos aqui esboçados servem para afirmar a plausibilidade de uma teoria desse tipo como um plano de pesquisa interdisciplinar para o futuro.

Referências

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Abril S.A., 1984.
- GINET, Carl. *On Action*. Cambridge University Press, 1990.
- HARTON Jr., Merle C. *A critical examination of the volitional theory of action*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de McMaster. 1976.
- JAMES, William. *Principles of Psychology*. Henry Holt and Company. 1890. MILL, J.S. *Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva*. Abril S.A., 1974.
- ODEGARD, Douglas. Volition and Action. In: *American Philosophical Quarterly*, Vol. 25, No. 2, Abril 1988, p. 141-151.
- RYLE, Gilbert. *The Concept of Mind*. University of Chicago Press, 1949. SEARLE, John. *Rationality in action*. MIT Press. 2001.
- WEIR, G.R.S. *Action and Volition*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de Edinburgh. 1983. WEGNER, Daniel M. *The Illusion of Conscious Will*. MIT Press. 2002.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. Abril S.A., 1975.
- ZHU, Jing. Locating volition. In: *Consciousness and Cognition*, Vol. 13, 2004, p.302– 322.
- ZHU, Jing. Reclaiming volition: An alternative interpretation of Libet’s experiment. In:

Journal of Consciousness Studies, Vol. 12, 2003, p. 61–77.

ZHU, Jing. Understanding Volition. In: *Philosophical Psychology*, 2007, p. 247-273.

(Submissão: 08/08/23. Aceite: 29/07/25)